

Sarney concede à educação básica Cr\$ 2,9 trilhões

Brasília — O Presidente José Sarney lança às 15h de hoje o Projeto Educação para Todos, um programa de alfabetização em massa, ao custo de Cr\$ 2 trilhões 900 bilhões, visando ao cumprimento constitucional da educação básica de todas as crianças entre os 7 e os 14 anos. Atualmente, 8 milhões 500 mil, nesta faixa etária, estão fora do sistema escolar.

Os recursos serão aplicados em complementação salarial aos professores do ensino básico oficial, elevação para quatro horas diárias do tempo de permanência da criança na escola, limitação a 30 da quantidade de alunos por sala de aula e distribuição de livros e merenda a 25 milhões de crianças.

Segundo o Ministro da Educação, Marco Maciel, o projeto começará a ser executado no segundo semestre deste ano, nas regiões mais carentes, o Norte e o Nordeste, com o Ministério transferindo recursos aos Estados e Municípios. Com a Constituinte e a Reforma Tributária, essas unidades federativas não precisarão mais de recursos da União.

O plano, apresentado como a resposta da Nova República aos problemas da educação básica, prevê a fixação de um piso salarial para todos os professores do ensino básico, equivalente a um salário mínimo para a jornada de quatro horas diárias, contando, para isso, com Cr\$ 500 bilhões.

As promoções dentro da carreira do magistério "serão feitas de acordo com o mérito e a experiência", e as normas de recrutamento e seleção dos professores serão "democráticas".

Os currículos das escolas normais serão revistos, destinando-se Cr\$ 100 bilhões ao desenvolvimento de "amplos programas de

formação e aperfeiçoamento do magistério" que poderão ser à distância ou no próprio local de serviço. No documento é registrado que a carreira do magistério vem sofrendo, nos últimos anos, "um crescente aviltamento de status social", o que provoca falta de identificação profissional e descompromisso com os resultados do próprio trabalho.

Para melhorar a produtividade da educação básica, o Ministério pretende mudar os critérios de avaliação escolar e de promoção na 1ª série do 1º grau. Não serão mais permitidos os períodos escolares de três horas, existentes principalmente em escolas de periferia, onde se organizam quatro e até cinco turnos por dia. A clientela das salas de aula não poderá exceder a 30 alunos.

Todos os 25 milhões de alunos que estudam na rede pública terão, agora, direito a receber material didático, livros e merenda escolar. Para isso, o Ministério deverá empenhar cerca de Cr\$ 600 bilhões na compra do material necessário e Cr\$ 800 bilhões para alimentar todas as crianças. Dessa maneira, pretende-se enfrentar a "carência nutricional" da grande maioria dos estudantes da rede pública e apontada no documento como um dos principais motivos, ao lado de currículos inadequados, da reprovação e evasão escolares.

Os problemas da educação brasileira, segundo o Ministério, são vastos e complexos e os resultados dos esforços para superá-los só virão a médio e longo prazos. Uma tarefa pesada como essa, segundo o documento, "não pode ser resolvida através de ações isoladas, mas resultar de um pacto entre o Estado e a sociedade".